



PESSOAS
2030 PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

Ata da 4.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

Santarém, 28 de maio 2024
Hotel de Santarém

No dia 28 de maio de 2024, pelas 14h30m, realizou-se a 4ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do programa PESSOAS 2030, no Hotel de Santarém, em Santarém, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista de Presenças).

A reunião foi presidida por Ana Coelho, presidente da Comissão Diretiva (CD) do PESSOAS 2030 (Programa Demografia, Qualificações e Inclusão), e coadjuvada pelos Vogais Executivos da CD, Sandra Tavares e Joaquim Bernardo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do CA, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações
2. Funcionamento do Comité de Acompanhamento
3. Debate sobre o ponto de situação do PO ISE e PO CH
4. Debate sobre o ponto de situação do PESSOAS 2030
5. Apresentação e aprovação dos critérios de seleção
 - Cursos de Especialização Tecnológica (CET)
 - Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)
6. Prossecução dos princípios horizontais
7. Outros assuntos

A reunião foi oficialmente aberta por **Ana Coelho**, na qualidade de **presidente do CA do PESSOAS 2030**, que iniciou agradecendo a todos os membros pela presença e pelo compromisso contínuo com o programa. Enfatizou a relevância da reunião para a boa implementação do programa e o impacto positivo que este tem nas políticas públicas associadas à inclusão social e ao desenvolvimento humano em Portugal. Destacou a importância da participação ativa de todos para garantir o sucesso dos objetivos do programa, lembrando que a colaboração e o trabalho conjunto são essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros.

Aproveitou para dar nota das visitas realizadas antes da reunião, da parte da manhã, a duas entidades de Santarém, beneficiárias do PESSOAS 2030, através das quais se procurou demonstrar o trabalho desenvolvido com o apoio do Fundo Social Europeu + nas áreas da Inclusão Social e da Qualificação de Jovens e de Adultos, no âmbito:

- do “Programa Escolhas” - visita ao Projeto Agir+ desenvolvido pela LENE - Lar Evangélico Nova Esperança, entidade apoiada pelo Instituto Português de Desporto e Juventude, o qual assume a qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução da Política Pública (BREPP) perante o PESSOAS 2030. Este projeto tem como foco principal a inclusão social, trabalhando diretamente com as crianças, suas famílias e com a comunidade, promovendo atividades educativas e de integração social. Foi possível observar o impacto positivo do projeto na comunidade escolar, contribuindo significativamente para a redução da exclusão social e para a melhoria do desempenho escolar dos alunos;

- dos “Cursos Profissionais”, dos “Cursos de Educação e Formação de Jovens”, dos “Centros Qualifica” e da “Formação Modular Certificada” – visita à Escola Profissional do Vale do Tejo. Os membros do Comité tiveram oportunidade de almoçar na escola, vivenciando diretamente o trabalho dos alunos dos cursos de restauração, o que permitiu aos membros observar de perto o impacto positivo do PESSOAS 2030 na formação profissional dos jovens, oferecendo-lhes uma visão prática das habilidades adquiridas pelos alunos. O apoio do PESSOAS 2030 foi considerado essencial para o funcionamento e qualidade dos cursos oferecidos, proporcionando aos alunos uma educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento profissional e desempenhando um papel crucial na integração dos jovens no mercado de trabalho.

Passou, se seguida, para o primeiro ponto da agenda de trabalho.

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações

A presidente do CA apresentou a proposta de ordem de trabalhos com os tópicos e atividades que seriam discutidos e realizados durante a reunião, a qual foi aprovada por todos os membros do Comité.

O representante da **Comissão Europeia (CE), Laurent Sens**, fez uma intervenção agradecendo à Autoridade de Gestão (AG) do PESSOAS 2030 a organização da reunião e a disponibilização atempada dos documentos de suporte à mesma, sublinhando a importância das visitas aos projetos financiados pelo programa.

Destacou que estas visitas são fundamentais para lembrar a todos os participantes o impacto real e tangível do trabalho técnico e burocrático que realizam, contribuindo para humanizar e contextualizar os esforços do programa, evidenciando como as políticas implementadas estão a beneficiar diretamente as comunidades e os indivíduos.

Enfaticou a necessidade de continuar o foco na qualidade e eficácia das intervenções financiadas pelo programa, para garantir que os recursos são utilizados da melhor forma possível. Ressaltou, ainda, a importância da transparência e da prestação de contas, incentivando todos os membros a manter um alto nível de integridade e responsabilidade nas suas funções.

Chamou a atenção para o “Semestre Europeu”, processo de coordenação de políticas económicas e sociais entre os estados-membros. Neste âmbito, destacou a importância de os membros do CA lerem o relatório referente a Portugal, que sumariza os desafios para o país nos próximos anos e contém as recomendações formuladas pelo Conselho, isto é, as prioridades que a União Europeia, ou seja, todos os seus estados-membros, considera que Portugal deve implementar nos próximos anos.

Este relatório será importante para a avaliação intercalar do programa que será discutida até final de março de 2025.

No seguimento da intervenção da CE, a **presidente do Comité** retomou a palavra e apresentou o segundo ponto da ordem de trabalhos.

2. Funcionamento do Comité de Acompanhamento

Referiu tratar-se de um ponto novo da ordem de trabalhos decorrente da reflexão que tem sido feita conjuntamente com a CE, com a AD&C e com outros programas operacionais, sobre o funcionamento do CA, no sentido de perceber de que forma é possível melhorá-lo e torná-lo mais útil, não só do ponto de vista do acompanhamento estrito da execução do PESSOAS 2030, mas também do ponto de vista da definição e da influência que os fundos comunitários têm na definição das políticas públicas.

Com o objetivo de potenciar a participação de todos os presentes foi solicitado o preenchimento de um questionário anónimo, acessível através de um QR Code fornecido no momento, para posterior debate sobre os resultados apurados. A presidente sublinhou a importância de as respostas serem honestas e sinceras, porque só fazendo uma avaliação verdadeira e autêntica sobre o CA é que será possível tirar o melhor partido destas reuniões do Comité.

Reproduzem-se, de seguida, as questões colocadas aos membros do Comité:

1. Que modelo de reunião do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030?
2. Qual a importância de um órgão como o Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030?
3. O que espero da minha participação nesta reunião do Comité?
4. Sugestões para dinamização mais interativa dos Comités de Acompanhamento?

Foi concedido um momento para os participantes poderem responder, findo o qual foram projetadas e debatidas as respostas apresentadas a cada uma das perguntas do questionário (Anexo III – Resultados da auscultação aos membros Comité).

Relativamente à primeira questão formulada - *Que modelo de reunião do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030?* -, foram apresentadas quatro opções de resposta, sendo que:

- a) 28% escolheram a opção “Adequado às necessidades e funções estabelecidas”;
- b) 24% responderam que “O Comité beneficiaria da participação mais ativa dos seus membros”;
- c) 28% responderam que “Beneficiaria de momentos de interação e dinâmica com outros elementos do Comité ou externos, reduzindo o tempo de exposição”;
- d) 20 % escolheram a opção “Beneficiaria de momentos de atividade antes ou depois da reunião, tais como visitas a projetos, ações de capacitação, grupos de trabalho, etc.”

A presidente abriu os resultados ao debate, pedindo para que fosse comentada especificamente a opção de resposta c) - *Beneficiaria de momentos de interação e dinâmica com outros elementos do Comité ou externos, reduzindo o tempo de exposição*, no sentido de tentar perceber que momentos de interação seriam esses e em que moldes.

Nesse seguimento interveio **Nuno Rodrigues**, representante da **Direção-Geral de Estatística de Educação e Ciência (DGEEC)**. Explicou que escolheu a opção d) porque entende a importância de conhecer no terreno que está a ser desenvolvido. Também

considera importante a opção c) no sentido de, em alternativa ao atual modelo de reunião que abarca um dia inteiro, poder haver pequenos grupos ou sessões de trabalho que permitam discutir e conhecer o que está a ser feito nas várias áreas de atuação. No seu entender, estes subgrupos do CA podiam ser liderados por outros membros do Comité, não sobrecarregando, assim, a AG do PESSOAS 2030.

A intervenção seguinte foi de **Clara Guerreiro**, representante da **Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS)** por parte das Confederações Patronais com assento nesse órgão, enquanto membro da **Confederação do Comércio e dos Serviços de Portugal (CCP)**, que considera importante a criação de momentos que potenciem uma maior interação entre os membros do Comité, por forma a criar uma maior ligação entre eles e potenciar a dinâmica no seu funcionamento. Saliu a importância das visitas aos projetos, felicitando o programa pela iniciativa, uma vez que permitem perceber o que os outros estão a fazer, mas também colher boas práticas. Considera que essa maior interação poderia também ser potenciada através de: criação de um espaço virtual que permitisse, de forma permanente, a partilha de documentação, de opiniões e de questões entre os membros do Comité e o PESSOAS 2030; participação dos membros do Comité nas ações de capacitação desenvolvidas pelo programa, uma vez que estes são também muitas vezes beneficiários do programa e lidam com outros beneficiários, como é o caso dos parceiros sociais que representam centenas de associações envolvidas na execução de projetos.

A presidente do CA passou depois a palavra a **Paula Santos**, representante do **Norte 2030**, que referiu que a dinâmica de participação dos membros do comité se tem vindo a reduzir e que os comités têm vindo a ficar cada vez mais formais, sendo despendido muito tempo a expor a informação e havendo cada vez menos momentos dedicados ao debate. Sugere, assim, a redução do tempo de exposição das apresentações, propondo, para esse efeito, que as apresentações sejam enviadas com antecedência suficiente de forma que os membros as possam apreciar e preparar-se antecipadamente, ficando assim com mais tempo para discutir os assuntos em sede de reunião.

A **presidente do CA** tomou a palavra para expressar que o PESSOAS 2030 está alinhado com o ponto de vista manifestado por Paula Santos, motivo pelo qual enviou a apresentação aos membros do comité previamente à reunião. Informou, ainda, que não seria efetuada na reunião uma apresentação exaustiva de todos os slides que constam da apresentação enviada, mas sim de apenas alguns para desencadear a discussão. A presidente enfatizou que o CA, para ser útil, não deve ser um órgão em que simplesmente a CD, a CE ou a AD&C expõem números, sem que exista qualquer *input* de parte dos seus membros, pelo que é intenção do PESSOAS 2030 deixar espaço para o debate.

Referiu que, contrariamente a outros fundos comunitários, o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) não apoia coisas físicas, mas sim pessoas e, de facto, o apoio que este fundo dá às pessoas não tem, na maior parte das vezes, um resultado que possa ser medido e apropriado pela população em geral no imediato, mas apenas no longo prazo. Por isso, os membros do Comité também têm esse papel importante de serem embaixadores dos apoios do PESSOAS 2030 no âmbito do FSE+ e de ajudar a dignificar os apoios que são dados pelos fundos comunitários, pelo que se considera importante estimular e promover a participação e o compromisso dos membros do Comité nestas reuniões que são realizadas duas vezes por ano.

Relembrou que o PESSOAS 2030 tem três áreas de atuação - emprego, formação profissional e educação, inclusão social - e, como pano de fundo, o desafio demográfico, sendo que todas essas áreas estão interrelacionadas. Por este motivo, sublinhou que todos os membros do CA têm muito em comum, independentemente das áreas que representam ou das preocupações mais direcionadas de cada um, pelo que há muita matéria a discutir e muito a aproveitar da pluralidade presente na sala, por forma a tornar o papel de todos os intervenientes e as próprias reuniões mais úteis.

Sandra Tavares, vogal da CD do PESSOAS 2030, interveio apelando à participação ativa dos membros do Comité, já que 24% das respostas associadas à alínea b) foram no sentido de considerar que este fórum beneficiaria de uma maior participação dos seus membros. Da parte do PESSOAS 2030 foi manifestado o compromisso de corresponder a todas as questões assinaladas pelos membros na última opção de resposta (alínea d)).

De seguida, tomou a palavra **Amadeu Dinis**, representante da **Associação Nacional das Escolas Profissionais (ANESPO)**, manifestando que os fundos comunitários, em particular o FSE, contribuíram para a redução do abandono escolar e para o aumento das qualificações das pessoas em Portugal. Referiu-se concretamente à visita à Escola Profissional do Vale do Tejo, única em que participou, e que considera ser um dos bons projetos que existem a nível nacional. Realçou que, atenta a importância da mesma, o número excessivo de visitantes não permitiu assimilar convenientemente aquilo que de bem ali se faz. Propôs, por isso, ao Comité que as visitas sejam realizadas ao longo do ano e em grupos mais pequenos, de forma a torná-las mais enriquecedoras e participativas.

Rute Guerra, representante do **Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, concordou com a sugestão veiculada por Nuno Rodrigues, ou seja, pela criação de pequenos grupos de trabalho, mas é de opinião de que estes grupos deveriam ser dinamizados pelo PESSOAS 2030. Sugeriu que, em face da natureza diferenciada dos membros do Comité, a ordem de trabalhos pudesse vir acompanhada de uma agenda anotada, eventualmente com uma questão orientadora para o debate, sobre aquilo que se pretende exatamente e que pudesse ajudar na preparação das reuniões e na dinamização das mesmas.

A representante da **Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)**, **Ana Cláudia Valente**, informou fazer parte das respostas que recaíram na alínea b), pelo que sentiu necessidade de intervir. Há alguns anos que vem fazendo parte dos CA, agora também no PESSOAS 2030, e nota que tem havido uma evolução enorme da própria AG na gestão, organização e apresentação de briefings de execução, que são mais diretos e menos maçadores. Tem havido uma melhoria no feedback e na capacidade de comunicação e, também, uma maior proximidade desta AG, patente nas visitas no terreno, junto das escolas profissionais, dando voz aos diretores das escolas e aos alunos, dando visibilidade ao que se encontra a ser financiado e percebendo o seu impacto na vida das pessoas. Ainda assim, considera existir espaço para melhoria.

Atenta a diversidade de tipologias financiadas pelo PESSOAS 2030, entende que cerca de 70% ultrapassam a sua área de especialização, pelo que não conseguirá fornecer um contributo muito adequado ou relevante para muitas delas. Neste sentido, para além da discussão de critérios de seleção ou de resumos de execução, as reuniões do CA poderiam servir para dar visibilidade a algumas iniciativas e sobre o que é financiado, permitindo que todos os membros tenham um conhecimento comum sobre as tipologias.

Florbela Valente, representante da **Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)**, sugeriu que a preparação da reunião do Comité e dos materiais de apoio à mesma sejam mais intuitivos e contenham perguntas indutoras da reflexão, por forma a fomentar uma maior participação dos membros do Comité através da discussão de temas considerados adequados em função da ordem de trabalhos, em pequenos grupos de trabalho, os quais beneficiariam de uma prestação mais ativa dos seus membros. Isto permitiria tornar a reunião do Comité menos expositiva e mais interativa, permitindo que cada um dos membros conheça melhor a realidade dos demais e as diferentes realidades em termos de financiamento.

A representante da **Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS)** por parte da **Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)**, **Silvia Veríssimo**, manifestou interesse em dar o seu contributo, apesar de não ter conseguido responder ao questionário por motivos de ordem técnica, sugerindo a constituição de grupos de trabalho mais pequenos para debater perguntas colocadas previamente que permitam direcionar a reflexão a trazer para a reunião, ou então através de questões colocadas ao longo do ano e da execução do programa, relacionadas com dificuldades de execução e propostas de melhoria.

A **presidente do CA** passou à apresentação dos resultados da segunda questão - *Qual a importância de um órgão como o Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030?* -, representados através de uma nuvem de palavras, tendo concluído pelo consenso em torno da “relevância” do CA do PESSOAS 2030.

Questionou se algum dos presentes pretendia comentar os resultados e, na ausência de qualquer manifestação, passou para a terceira questão - *O que espero da minha participação nesta reunião do Comité?* -, destacando que as respostas mais escolhidas pelos membros do Comité (“conhecimento e partilha”; “informação detalhada”; “mais capaz”) estão em linha com aquilo que tem sido debatido ao longo da sessão.

Introduziu, de seguida, a quarta e última questão - *Sugestões para dinamização mais interativa dos Comités de Acompanhamento?* -, tendo destacado que as respostas estão em linha com as intervenções relativas à primeira questão e que se traduzem na vontade generalizada dos membros do Comité de uma maior imersão na atividade e nos apoios do PESSOAS 2030, designadamente através da constituição de grupos de trabalho temáticos. Referiu também que os contributos serão tidos em conta na preparação e condução dos trabalhos nas suas reuniões futuras.

Agradeceu a participação dos membros e deu a palavra à Comissão Europeia.

Laurent Sens referiu que o maior desafio dos CA é a interação. Dado o grande espectro do PESSOAS 2030 em termos de áreas de intervenção, revela-se necessário envolver peritos nas várias áreas, o que torna o grupo muito grande e, conseqüentemente, maiores as dificuldades de interação. Manifestou agrado pela participação que os membros do Comité demonstraram com as suas intervenções e referiu que as questões que são levantadas nos CA, mesmo em outros estados-membros, são basicamente sempre as mesmas. Referiu que as sugestões apresentadas são interessantes e que há margem para implementar muitas delas, sendo, contudo, necessário estabelecer prioridades.

Considerou que algumas das sugestões apresentadas são válidas para serem também acolhidas pela própria CE na forma como interage com os estados-membros. Assim, sugeriu que seria interessante que, em vez de ser a Comissão a apresentar as CSR no próximo comité, fossem os membros do comité que têm que ver com as CSR a apresentar a forma como gostariam que as mesmas fossem implementadas em Portugal e, em particular, no PESSOAS 2030.

Agradeceu ao PESSOAS 2030 a importância dada a este ponto da ordem de trabalhos e ao momento em que decorreu.

Resumem-se, de seguida, as principais sugestões dos membros do Comité relativamente ao funcionamento deste órgão, na sequência do processo de auscultação e discussão realizado na reunião:

- ✓ Preparação de uma agenda de trabalhos das reuniões anotada, designadamente com perguntas indutoras de reflexão;
- ✓ Desenvolvimento de material de apoio às reuniões do Comité mais intuitivo;
- ✓ Redução do tempo de exposição das apresentações realizadas durante as reuniões do Comité, sugestão aliás que já se procurou concretizar na presente reunião;
- ✓ Atribuição, nas reuniões do Comité, de uma maior visibilidade aos vários tipos de projetos financiados pelo PESSOAS 2030 no âmbito das diversas tipologias;
- ✓ Maior interação entre os membros do Comité, para além das reuniões, através da dinamização de espaços dedicados à partilha de questões;
- ✓ Criação de pequenos grupos ou sessões de trabalho dentro do Comité;
- ✓ Realização de visitas ao longo do ano e em grupos reduzidos;
- ✓ Participação dos membros do Comité nas ações de capacitação desenvolvidas pelo PESSOAS 2030.

A **presidente do CA** passou para o terceiro ponto da agenda, o encerramento do POCH e do POISE, remetendo para Joaquim Bernardo e Sandra Tavares as apresentações dos pontos de situação da execução e implementação destes dois programas, respetivamente.

3. Debate sobre o ponto de situação do PO ISE e do PO CH

3.1 Ponto de Situação do PO CH

Joaquim Bernardo, vogal da CD do PESSOAS 2030, deu início à sua exposição, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 6 a 18).

Finda a sua intervenção sobre o ponto de situação do PO CH, a **presidente do CA** deixou três perguntas para reflexão dos membros do Comité, apesar de as mesmas não serem novidade e de todos já as terem discutido diversas vezes:

1. Porque é que as empresas em Portugal ainda não incorporam nas suas estruturas e nos seus quadros de recursos humanos os bolseiros de formação avançada e de doutoramento e investigação?

Estas pessoas continuam a produzir conhecimento em meio académico, mas o mesmo deveria sair da academia e ser transferido para dentro das empresas.

Tendo este desígnio em mente, o PESSOAS 2030 assumiu o compromisso perante a CE de financiar, não só um determinado nível de bolsas de doutoramento, mas também que uma percentagem das mesmas seja em meio não académico.

2. Porque é que a sociedade portuguesa continua a ter um preconceito em relação ao ensino profissional? Ou porque é que não foi ainda atingido o objetivo dos 50% de alunos que terminem o ensino secundário o façam por vias profissionais? Será que é muito ambicioso ou efetivamente devemos fazer mais para o alcançar?

3. Porque é que a população portuguesa ainda não tem uma cultura de aprendizagem ao longo da vida?

Os dados que existem estabelecem uma relação direta entre a aprendizagem e o conhecimento, entre as qualificações e o acesso ao emprego, aos salários médios e ao tipo de contrato de trabalho. Nota-se um progresso a este respeito, mas, ainda assim, esta cultura não se encontra enraizada na sociedade portuguesa.

Anabela Soares, representante do **Conselho das Escolas**, abordou a questão relacionada com o preconceito do ensino profissional. Referiu que no slide das principais conclusões das avaliações do PO CH (slide 18) existe uma comparação negativa em termos de matrícula no ensino superior dos alunos dos cursos profissionais em relação aos alunos dos cursos científico-humanísticos. Na sua opinião, este não é um indicador comparável e não compreende de que forma foi obtida esta conclusão. Trata-se de duas vias de ensino, credíveis, que os alunos e os pais escolhem, uma financiada e a outra não, sendo efetuado o devido encaminhamento dos alunos pelos psicólogos.

A credibilização começa precisamente com os reportes. Todas as escolas que têm ensino profissional têm de fazer um reporte por via do EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional) para garantir a qualidade, existindo, por isso, indicadores disponíveis sobre a taxa de colocação no mercado. Quando falamos em taxas de execução, existem duas variáveis que são muito discutidas, a taxa de colocação no emprego e a taxa de colocação no ensino superior, sendo que ambas contribuem para o mesmo número. Questionou novamente o motivo de ter sido feita a comparação das duas vias conforme foi exibido no slide mencionado, referindo que o preconceito começa precisamente por aqui.

Deu nota que esteve presente numa conferência que debateu a temática daquilo que as empresas procuram, que é comunicação, relacionamento, criatividade, resolução de problemas e saber-fazer.

Considera que as escolas têm de fazer o seu caminho no âmbito da qualidade, têm de informar os alunos e os pais sobre os cursos e sobre as perspetivas existentes, por forma a que estes façam boas escolhas. O próprio relatório do Conselho Nacional da Educação apresenta um parágrafo muito interessante sobre estas questões.

Reforçou não lhe parecer legítimo fazer comparação entre duas vias que são ambas de ensino secundário, com a diferença de uma delas ser apoiada pelo FSE e, a outra, não.

Deixou uma nota positiva sobre o financiamento do FSE, referindo que, sem este apoio, os alunos teriam abandonado a escola há muito tempo, existindo uma evolução muito positiva dos alunos que concluem o ensino secundário. A taxa de execução um pouco inferior é compreensível pois foi nos jovens que a pandemia teve um reflexo enorme, em particular os que frequentavam o ensino secundário, uma vez que é nestas idades que a fase de socialização é muito relevante. As escolas tiveram de reagir rapidamente, mas houve situações que não foi possível contrariar, designadamente as expectativas e a desmotivação dos alunos.

Joaquim Bernardo respondeu que o slide em causa é apenas um resumo compacto, uma vez que não seria possível apresentar toda a informação que o suporta.

As conclusões ali exibidas resultam de um dos estudos de avaliação que foram realizados e refletem uma análise contra factual que procurou comparar alunos com características tanto quanto possível semelhantes que seguiram a via dos cursos científico-humanísticos e alunos que seguiram os cursos profissionais, também com o perfil tanto quanto possível semelhante, ou seja, daqueles dados que todos conhecem bem e que existem do ponto de vista da caracterização sociográfica dos alunos que estão no sistema.

Um dos resultados positivos a que se chegou é o da empregabilidade e das taxas de conclusão. Isto comparando aquilo que é, tanto quanto possível, comparável, ou seja, comparando alunos com perfis equiparáveis entre si – alunos que prosseguiram para o secundário em vias científico-humanísticas e alunos que optaram pelos cursos profissionais –, procurou-se conhecer o que lhes aconteceu do ponto de vista do seu percurso – escolar e académico (em termos de prosseguimento dos estudos).

O único resultado que era negativo para os cursos profissionais, e que não constituiu surpresa, foi o relacionado com o prosseguimento de estudos para o ensino superior. O estudo chegou à conclusão de que, comparando alunos com perfis semelhantes, os estudantes de cursos profissionais seguiam muito menos para o ensino superior do que os alunos de cursos científico-humanísticos.

Se compararmos grupos que não são comparáveis o diferencial ainda será maior, o que é expectável porque, se temos uma via de dupla certificação em que um dos seus objetivos é produzir quadros intermédios para o mercado de trabalho, se todos fossem para o ensino superior algo não estaria a correr bem.

Concluiu referindo que o resultado que foi exibido no slide não resulta de uma comparação cega e sim da comparação de alunos com perfis equiparados e do seu percurso após terminarem cada uma dessas vias, do ponto de vista da empregabilidade, de resultados académicos durante a conclusão do ensino secundário, e depois, mediante uma avaliação feita a 6, 12 e 18 meses, do que foi o seu percurso, com base na informação disponível em matéria de inserção no mercado de trabalho ou de prosseguimento de estudos para o ensino superior.

Rodrigo Queirós e Melo, representante da **Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF)**, questionou sobre o universo do estudo referido por Joaquim Bernardo.

Joaquim Bernardo respondeu não ter na memória o número exato, mas que o mesmo era muito elevado porque partiu do universo dos alunos que se encontravam nas duas vias. O grupo comparável é mais reduzido que o universo de partida porque existe uma grande percentagem de alunos do ensino profissional que não têm “par” no ensino científico-humanístico, ou seja, que por terem determinado tipo de características não podem pertencer a um grupo específico equiparado. Apelou à leitura do estudo realizado, disponível na internet do POCH.

Salientou que o ensino profissional funcionou, muitas vezes, como a via de resposta ao abandono escolar precoce, conforme revelam os seus bons resultados e bom contributo que é evidenciado por estudos de avaliação, não só por este, mas por outros, que demonstram que a aposta na diversificação das vias do ensino secundário é um elemento nuclear estratégico fundamental para que Portugal tivesse sucesso no âmbito da redução da taxa de abandono escolar precoce.

As evidências que temos com base nos estudos que todos conhecemos é que esta redução foi conseguida, não só por esta via, mas pelo conjunto das políticas públicas de promoção de sucesso escolar, em que estiveram envolvidos outros instrumentos, uns financiados por fundos europeus, outros não, e que permitiram o sucesso alcançado pelo país no âmbito do combate ao abandono escolar precoce.

Este abandono era preocupante, e justifica o facto de termos, ainda hoje, tantos adultos com baixas qualificações que estão no mercado de trabalho e que necessitamos de requalificar, apesar dos progressos que o país já conseguiu a este nível.

A amostra deste estudo era significativa, tanto mais que estes estudos contra factuais só funcionam e têm fiabilidade se tiverem uma consistência estatística muito forte e esse exercício foi feito e foi dada garantia de que os resultados tinham essa consistência do ponto de vista da comparabilidade.

Rodrigo Queirós e Melo da **CNEF**, partilhou uma situação sobre a imagem social dos cursos profissionais, ainda que não se relacione com financiamento por parte de fundos europeus, referindo da existência de um colégio privado, em Lisboa, que oferece uma turma de ensino profissional a par com as turmas do ensino científico-humanístico, financiada pelos pais dos alunos, a qual, apesar de ser algo pequena, se encontra com capacidade esgotada.

Luís Costa, da **ANESPO**, reagiu à referência de Joaquim Bernardo quanto à síntese do slide exibido, a qual, entende, em alguns casos, poder ser prejudicial. Antes da criação dos CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais) o acesso ao ensino superior dos alunos com cursos profissionais era de 18%. Lembrou que a via de acesso é mais complicada, sendo que as aprendizagens de matemática e português são um pouco diferentes das que se aprendem no ensino científico-humanístico e que são disciplinas nucleares no acesso ao ensino superior. Nos últimos anos, o cenário do pós-secundário tem sido muito diversificado e desviante também da via normal, para o bem e para o mal. Para além dos CTeSP, existem os cursos de especialização tecnológica e, agora, a aprendizagem mais, o que significa que existe um universo pós-secundário mais confuso e que exige uma maior racionalidade entre essas diferentes modalidades de formação pós-secundária. Passou-se de um momento em que havia apenas um acesso direto mais dificultado e complexo para quem completava o ensino profissional, para uma realidade em que existe uma certa dispersão de ofertas pós-secundárias que, grosso modo, se podem chamar de nível 5, pelo

que considera que esta situação deveria ser devidamente refletida e sobretudo racionalizada.

Nuno Rodrigues, da **DGEEC**, forneceu alguns dados quantitativos complementares apurados no âmbito dos relatórios publicados por esse organismo sobre o seguimento dos alunos que concluem o secundário. Durante muito tempo, sentiu-se a dificuldade no acesso ao ensino superior de quem vinha dos cursos profissionais, mas, e muito por via da criação dos CTeSP, passou-se de 17% de alunos dos cursos profissionais que seguiam para o ensino superior, em 2010/2011, para 24%, em 2020/2021, sendo que destes há 12% que vão para CTeSP e 12% que vão para licenciaturas ou outros níveis de ensino superior. Ainda há uma diferença e não vale a pena escamotear essa diferença, ainda que se procure fazer um enquadramento do contexto socioeconómico dos alunos e suas famílias. Não significa isto que os cursos científicos humanísticos são melhores ou piores do que os cursos profissionais. Facto é que a população que vai para cursos profissionais ainda é muito diferente da população que segue para os cursos científicos-humanísticos, situação que poderá alterar quando se atingir a meta dos 50% já referida.

Entende ser útil mostrar este tipo de informação porque as políticas do ensino superior têm de ser adaptadas às realidades do currículo e das trajetórias dos alunos que vêm do ensino secundário e não considerarem que todos os alunos têm o mesmo tipo de perfil, sendo que os cursos profissionais são muito direcionados para esta dupla vertente. Os jovens podem querer seguir para o ensino superior ou podem concluir o secundário e estar um ou dois anos no mercado de trabalho e depois, sim, aceder ao ensino superior. É necessário desmistificar a ideia de que os cursos profissionais são piores ou têm piores resultados, uma vez que cada caso é um caso e merece uma análise mais fina.

Ângela Lemos, representante do **Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CSISP)**, referiu existir alguma falta de informação ou alguma desinformação, uma vez que os alunos do secundário e do ensino profissional, desde há cerca de uns 4 anos, podem aceder ao ensino superior com exames específicos. Informou que têm vindo a receber cada vez mais estudantes provenientes do ensino profissional, admitindo, no entanto, que existem algumas assimetrias, mas que também as há nos alunos que vêm dos científico-humanísticos.

Considera que o ensino superior está preparado para os receber, pelo que esta imagem de que o ensino superior não trabalha com eles e que não se adapta aos alunos do ensino secundário e do profissional não é de todo verdade. O ensino politécnico, nomeadamente, tem uma vertente muito grande de prática e os alunos que vêm do ensino profissional, que são muitos, têm conseguido sucesso. Há, efetivamente um estigma quanto a receber estes alunos, no ensino superior e na sociedade, pelo que há que apostar nestas políticas. São exames feitos a pensar e de acordo com os programas que os alunos têm no ensino profissional, pelo que eles entram de acordo com aquilo que foram as suas aprendizagens. No ensino superior há algumas adaptações e os CTeSP são efetivamente uma resposta muito importante para estes estudantes, mas não são a única. Existem muitos estudantes do ensino profissional a entrar diretamente para as licenciaturas. Nos CTeSP os alunos não precisam de fazer nenhuma prova de acesso porque entram diretamente após conclusão do ensino secundário. Temos uma realidade muito interessante no nosso país que é o facto de os alunos dos cursos científico-humanísticos terem um maior número de vagas para entrar numa licenciatura. Por este motivo, os alunos dos cursos profissionais, no seu

último ano do ensino profissional, tentam preparar-se para os exames dos cursos científico-tecnológicos, já que existem mais vagas de acesso.

As alterações políticas ocorridas, designadamente a que concerne ao financiamento por estudante, permitiram colocar todos os alunos em igualdade de circunstâncias, independentemente da via de ensino de onde os mesmos provêm.

Os alunos do ensino secundário chegam às instituições do ensino superior bem preparados, são bons estudantes e têm muitas dificuldades, tal como os dos cursos científico-humanísticos. Eventualmente, poderão ter mais dificuldades porque vêm de um tipo de ensino mais tutorial, mais prático e também com um maior apoio. O ensino superior tem ainda uma outra grande dificuldade, que é não ter recursos suficientes para os acompanhar e apoiar no estudo, pelo que ainda há muito para fazer.

Considera importante a articulação entre todas as instituições, as do pré-superior e do pós-superior, porque o ensino superior só existe e sobrevive com os alunos do ensino secundário e o mercado de trabalho precisa de todos os alunos, do secundário e do ensino superior. Concorda que a forma como foi escrita a situação no slide (*«Alunos dos Cursos Profissionais demonstram, face à matrícula no ensino superior, resultados em sentido negativo, quando comparados com os dos Cursos Científico-Humanísticos»*) pode induzir em erro, apesar de a mesma ser compreensível após ter sido devidamente explicada, sugerindo a sua revisão.

Ana Cláudia Valente, da **ANQEP**, interveio referindo-se a uma das primeiras perguntas que foram apresentadas, designadamente ao objetivo de 50% da população jovem do ensino secundário em ofertas de dupla certificação. De facto, apesar de vários esforços, não tem existido uma progressão muito evidente nos últimos anos. É preciso ter noção de que não é obrigatório Portugal atingir os 50%, existindo países que têm uma percentagem maior e, outros, menor. A questão é que Portugal tinha realmente muito pouco quando havia países já com um desenvolvimento enorme de ensino profissional ao nível do secundário e alguns até ao nível do básico, e tem feito um caminho considerável com a expansão do ensino profissional desde 2005 a toda a rede de escolas públicas, mas também com a solidez e o trabalho consistente que as escolas profissionais do nosso país vão tendo com o apoio dos fundos há várias dezenas de anos.

Sublinhou que todos os anos a ANQEP é responsável por fazer a regulação da rede juntamente com a DGEstE, todos os anos há margem de progressão para aumento de turmas, todos os anos se faz este equilíbrio. O ensino profissional foi uma resposta útil para os jovens e para as famílias, mas também, como referido por Joaquim Bernardo, foi a resposta principal no combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce da educação e formação.

Considera que é importante que o ensino profissional em geral ou a dupla certificação se afirme para que consiga ganhar prestígio. Esta afirmação será não só como meio de conclusão do ensino secundário para os que não o conseguem concluir por via dos cursos científico-humanísticos, mas como uma via de preparação das gerações mais novas para serem quadros intermédios das empresas em áreas de altíssima necessidade do mercado de trabalho. Todas as empresas gostariam de ter técnicos que, com 20 ou 22 anos, ao fim do ensino secundário, sabem fazer as coisas, ser produtivos, ser operacionais. É necessária mão de obra cada vez mais qualificada e idealmente jovem. É este o salto que deve ser feito.

Joaquim Bernardo atalhou fazendo uma referência ao Quadro Nacional de Qualificações e ao facto de não ser por acaso que as vias de dupla certificação têm um nível de qualificação à saída superior à via do científico-humanístico, situação que foi alvo de muita polémica do ponto de vista político, mas que reconhece que a dupla certificação permite qualificar para o mercado de trabalho e, ainda assim, que a pessoa possa prosseguir imediatamente os estudos sem barreiras adicionais.

Ana Cláudia Valente, da **ANQEP**, salientou, por seu turno, que é necessário assumir que a oferta de ensino profissional é uma oferta vocacionada para o mercado de trabalho e não uma oferta vocacionada para o ensino superior, o que não significa que os jovens não devam ter essa possibilidade de fazer progressão no ensino superior. Felizmente, o ensino superior também se ajustou muito, conforme referido por Ângela Lemos, sobretudo os politécnicos que têm hoje uma maior capacidade de estar próximo das escolas e do ensino profissional. É evidente que o ensino superior não pode desperdiçar 40% dos alunos que saem do ensino secundário e que enveredam pelas vias de dupla certificação, pelo que todos os subsistemas passam a ter de olhar necessariamente para este fluxo. Estes jovens devem ter sempre a preparação, a possibilidade, a oportunidade de progredir para o ensino superior, ainda que possam não atingir os 85% de progressão associada aos alunos do ensino científico-humanístico. Admitiu que é natural que tal não aconteça, pelo menos num percurso linear no ano a seguir ao que concluem o ensino secundário, porque estes jovens têm, por norma, uma vocação para o trabalho, querem trabalhar e o mercado precisa disso mesmo. É normal que venham a entrar novamente no sistema e, depois, venham a fazer a progressão para o ensino superior quando forem mais experientes, até porque têm escolhas um pouco mais vocacionais. Desta forma, quer o concurso especial de acesso ao ensino superior, que tem vindo a aumentar o acesso, quer os CTeSP são uma resposta bastante interessante também do ensino superior a esta dimensão.

Nesta lógica, há aqui um grande desafio que passa por percebermos que há um espaço de qualificação intermédia no nosso sistema nacional de qualificações que ainda não cresceu o que devia ter crescido. Já foi possível crescer nos níveis 4, estamos a tentar aumentar os níveis 5 e precisamos de ganhar mais dimensão nestes 2 níveis, não perdendo de vista que, a seguir, há um nível 6, há o ensino superior. A título de exemplo, referiu que, se um jovem que faz restaurante bar no nível 4 quiser prosseguir para o ensino superior e partindo do pressuposto que pretende ir para gestão hoteleira, resta-lhe apenas um único curso de licenciatura de cariz profissional, não havendo mais ofertas interessantes a este nível. Poderá haver depois CTeSP a aparecer e tem havido um grande dinamismo, mas é preciso percebermos que este jovem esteve 3 anos em curso profissional, tem uma profissão, qualificação e vocação e, portanto, é expectável que, quando olha para o ensino superior, não queira ir para gestão ou para economia. O mais certo é que pretenda aceder a um curso dentro da sua área, o que significa que, provavelmente, apenas poderá aceder a um ou dois cursos de licenciatura. É necessário que os subsistemas comecem a perceber que tem de haver fileiras de ligação, pois, de outra forma, as progressões também são limitadas.

Amadeu Dinis, da **ANESPO**, fez uma pequena reflexão sobre aquilo que foi dito. Quando se fala em ensino secundário, estamos a referir-nos à escolaridade obrigatória, a qual pode ser atingida por várias vias: cursos científico-humanístico, cursos profissionais, aprendizagem, etc. O que é importante é medir o ganho que o jovem teve na frequência de uma destas modalidades. E nós sabemos que os alunos do ensino profissional ficam muito bem capacitados para o trabalho, para o mercado de trabalho, sendo as empresas

testemunhas reais disso, porque os procuram. Estes jovens têm muita oferta de emprego, com um trabalho qualificado, e podem também fazer prosseguimento de estudos, quer através dos politécnicos, quer através do ensino universitário.

O que o que acontece em relação, por exemplo, aos alunos que frequentam os cursos de ciências dos cursos científico humanísticos, é que eles são preparados e formatados para o prosseguimento de estudos, mas não são preparados para o mercado de trabalho. Cerca de 20 a 30% destes jovens que acabam a escolaridade obrigatória do 12º ano não fazem nenhum prosseguimento de estudos. Isto significa que os alunos que frequentaram o ensino profissional atingiram o objetivo do prosseguimento de estudos ou do mercado de trabalho e estes jovens que estão nos cursos científicos humanísticos, numa percentagem muito grande, não tem uma preparação adequada para o futuro que se avizinha, que é logo a seguir à escolaridade obrigatória.

Em resposta ao referido por Ana Cláudia Valente, considera existir uma potencialidade muito grande de crescimento dos alunos do ensino profissional, sendo necessário mudar algumas formas de agir na questão da orientação e informação vocacional. Normalmente, a orientação e informação vocacional é feita dentro da escola e direcionada especificamente para a mesma. Todos sabemos que o bem mais caro para as escolas é o aluno, porque há cada vez há menos alunos. Lisboa e Vale do Tejo é um caso raro, uma vez que existem muitos jovens, pelo que esta situação não se aplica. Quando falamos em outras regiões é uma tragédia porque não há alunos e as escolas precisam de todos os alunos. Nos dias de hoje, quando se pretende fazer a divulgação de uma oferta formativa numa determinada escola, ainda se ouve como resposta da parte dessa escola que os alunos são dela. Assim, na sua perspetiva, é necessário trabalhar muito bem a dimensão da informação e orientação vocacional, por forma a que estes jovens possam ser informados, orientados e que tenham uma possibilidade de concluir a sua escolaridade obrigatória com uma perspetiva séria e que lhes dê uma oportunidade no futuro.

Na sua intervenção sobre a orientação, **Anabela Soares**, do **Conselho das Escolas**, referiu que todas as escolas levam os respetivos alunos às duas feiras mais importantes do nosso país, Qualifica no Porto e Futurália em Lisboa, e reforça o papel importante da comunicação neste processo. Na sua ótica, é necessário que todos, incluindo as escolas, comuniquem mais e melhor.

Partilha da posição de Ana Cláudia Valente sobre o ensino superior, realçando a necessidade de existirem mais cursos de ensino superior em horário pós-laboral e em variantes técnicas uma vez que os alunos do ensino profissional querem continuar a trabalhar e deve ser-lhes dada a oportunidade de prosseguirem os seus estudos. Desconhece a meta a alcançar, mas considera que o ensino pós-laboral é importante para todos, principalmente para os alunos do ensino profissional dadas as suas características.

Terminou referindo que o abandono escolar tem tido uma evolução muito positiva no âmbito dos cursos profissionais e a afirmação é pela qualidade.

Ana Coelho tomou a palavra referindo que este tema parece ser transversal e do interesse de vários membros do CA, lançando o repto a Nuno Rodrigues, no sentido de vir a dinamizar um subgrupo temático subordinado ao tema da transição entre o ensino secundário e o ensino superior. Passou, de seguida, a palavra a Sandra Tavares para proceder à apresentação do ponto de situação do PO ISE.

3.2 Ponto de Situação do PO ISE

Antes de iniciar a apresentação, **Sandra Tavares** constatou que, da dinâmica da discussão, resultou, ainda que informalmente, a “constituição do subgrupo” anteriormente referido nesta reunião do CA. Considera que da discussão que teve lugar na reunião, constatou-se, ainda que de forma espontânea, a primeira experiência empírica do que pode ser um subgrupo a funcionar, com um tema específico e com uma agenda orientadora, muito em resultado do questionário, que sugeriu já várias propostas de discussão. Entende ser importante acolher estas experiências que podem resultar em boas práticas.

Passou, de seguida, para a apresentação do ponto de situação do PO ISE a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (*slides 19 a 32*).

Terminado o ponto de situação do PO ISE, Sandra Tavares aproveitou para assinalar que todas as intervenções efetuadas por parte dos membros do Comité demonstram que as medidas de política pública são uma matéria que está associada ao FSE de uma forma quase simbiótica, situação que, em Portugal, é muito relevante. Desde sempre que se olha para o FSE como uma aposta que Portugal fez a par das políticas públicas. A expectativa da AG, é que, no desenrolar dos outros comités e dos espaços que se encontrem para esta discussão, não se centrem apenas nos procedimentos do FSE, mas que se mantenha a capacidade de afirmar o FSE como um instrumento que molda as políticas e que se deixa moldar pelas políticas.

Finda a intervenção de Sandra Tavares sobre o ponto de situação do PO ISE, a **presidente do CA** questionou se algum dos presentes queria fazer alguma intervenção.

Tomou a palavra **Eleutério Rodrigues**, representante da **Comissão Europeia**, para agradecer à AG o facto de ter preparado o terreno para esta discussão, em particular quando lançou os questionários, no início da reunião e na sequência do ponto de situação do PO CH. Salientou que não é expectável que se discutam espontaneamente estas questões nas reuniões do Comité. Agradeceu também o debate que aconteceu anteriormente, que surgiu porque a AG preparou o terreno para o efeito, e espera que nas próximas reuniões do CA sejam criados grupos de trabalho estruturados e organizados que funcionem sob a liderança da AG e com o contributo dos vários membros.

A **presidente do CA** deu nota de que a AG está, juntamente com a AD&C, a preparar o encerramento do PO ISE e do PO CH, sendo que o cumprimento da execução integral do FSE que foi disponibilizado aos dois programas está aparentemente garantido, assim como o cumprimento dos indicadores do quadro de desempenho, embora alguns indicadores possam ficar um pouco aquém, mas com justificações ponderáveis subjacentes. Referiu, ainda, que o calendário para o encerramento do PO ISE e do PO CH vai-se estender até ao ano de 2025, com a intervenção das AG, da AD&C, da Autoridade de Auditoria e da CE, estando a ser preparado o envio do último pedido de pagamento à CE no mês de junho de 2024 e a declaração de encerramento em março de 2025. Assumiu o compromisso de ter em consideração as recomendações dos relatórios de avaliação de ambos os programas, tanto as positivas como as negativas, assim como de garantir a continuidade dos aspetos positivos que resultam destes relatórios.

Passou, de seguida, para o quarto ponto da ordem de trabalhos.

4. Debate sobre o ponto de situação do PESSOAS 2030

A **presidente do CA** iniciou este ponto da agenda com a partilha de um pequeno vídeo alusivo à comemoração do primeiro ano de existência do PESSOAS 2030, com referência a alguns dos seus momentos mais importantes, entre os quais as reuniões realizadas dos CA.

Finda a exibição do vídeo, deu início à sua exposição do ponto de situação do PESSOAS 2030, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (*slides 33 a 53*).

No âmbito da sua apresentação, a **presidente do CA** referiu, ainda, que foi efetuada uma consulta escrita ao CA para a reprogramação do PESSOAS 2030, que se traduziu na incorporação no texto do programa de seis metodologias de custos simplificados para serem aprovadas ao abrigo do artigo 94º do RDC, referentes às tipologias de Formações Modulares Certificadas, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação, Contratos de Emprego Inserção Mais, dos TEIP e da Qualificação das pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Joaquim Bernardo prosseguiu com a apresentação relativa ao Plano Estratégico de Comunicação e Plano de Avaliação, conforme apresentação que consta do Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (*slides 54 a 59*).

Terminada a intervenção sobre o ponto de situação do PESSOAS 2030, interveio **Laurent Sens** para dar os parabéns pela implementação do PESSOAS 2030, embora tardia, tal como em todos os estados-membros. Referiu que os dados são relativamente bons em termos de implementação e pagamentos, mas destaca a importância de declarar despesa. Destacou que, apesar de a situação ser má em todos os estados-membros, Portugal está em último lugar em termos de despesa declarada. Apelou para a importância de declarar despesa e de certificar despesa à CE, o quanto antes, sobretudo porque neste momento, ao nível da CE, se está a discutir o futuro e, neste contexto, um fundo em que não se gasta dinheiro é um fundo que não tem um futuro brilhante. Terminou dizendo que quanto mais depressa se começar a declarar despesa, melhor.

Ana Coelho retomou a palavra para referir que o compromisso do programa, em colaboração com a AD&C, é de o fazer rapidamente. Questionou se alguém queria comentar o ponto de situação do PESSOAS 2030 e, na ausência de qualquer manifestação, avançou para o quinto ponto da ordem de trabalhos.

5. Apresentação e aprovação dos critérios de seleção dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) e do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)

A presidente salientou que os critérios de seleção destas duas tipologias já incorporam os comentários da CE, em procedimento prévio à submissão ao CA.

Anotou existir quórum e que Florbela Valente, representante da DGEstE, embora tendo tido de se ausentar, tinha delegado o seu voto em Nuno Rodrigues, representante da DGEEC, e que o voto da Direção Geral da Política de Justiça seria efetuado *online*. Questionou, ainda, se existia algum conflito de interesses. Na ausência de manifestações a este respeito, colocou os critérios à votação. Não existindo abstenções nem votos contra, deu como aprovados, por unanimidade, os critérios de seleção dos CET e do MAVI, encontrando-se a proposta aprovada em anexo à presente ata (Anexo IV – Critérios de seleção aprovados_25maio2024).

6. Prossecução dos princípios horizontais

6.1 Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia

A intervenção seguinte foi de **Ana Matos**, representante da **Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ)**, que ocorreu *online*, para fazer uma apresentação sobre os mecanismos de implementação efetiva da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), que é uma condição habilitadora transversal a todos os objetivos e a todas as prioridades. Ana Matos começou por se apresentar na qualidade de técnica superior no gabinete de relações internacionais da DGPJ e por referir que a apresentação pretende transmitir algumas ideias acerca da aplicação da CDFUE no contexto das operações apoiadas por fundos europeus.

A apresentação efetuada por Ana Matos encontra-se suportada e descrita no Anexo V- Apresentação da DGPJ - CDFUE.

No final da apresentação Ana Matos mostrou-se disponível para responder a quaisquer questões.

Ana Coelho passou a palavra aos membros do Comité para eventuais comentários ou questões relacionadas com a apresentação.

Tomou a palavra **Laurent Sens** para destacar a importância deste tema, não só na sociedade, mas também do ponto de vista técnico, uma vez que, se as condições habilitadoras não forem cumpridas, a CE pode bloquear todos os pagamentos a todos os programas, motivo pelo qual se trata de um assunto que deve ser levado muito a sério. Referiu, ainda, que haverá certamente uma aprendizagem baseada na experiência, mas que é preciso perceber bem o que está em jogo, como devem ser implementadas esse tipo de ações e como tratar as denúncias nestes casos.

A **presidente do Comité** retomou a palavra para referir que o PESSOAS 2030 tem um canal de denúncias que também poderá ser utilizado para este efeito e para agradecer a participação da DGPJ no Comité.

6.2 Estudo para análise e implementação dos princípios horizontais de igualdade de género, de oportunidades e não discriminação e sustentabilidade ambiental

Ana Coelho pediu para ser dada a palavra ao Centro de Estudos Sociais (CES), que interviria também no formato *online*, na qualidade de equipa que se encontra a desenvolver o estudo

para análise e implementação dos princípios horizontais de igualdade de género, de oportunidades e não discriminação e sustentabilidade ambiental no PESSOAS 2030.

Hélia Santos, coordenadora do gabinete de gestão de projetos do **CES**, começou por apresentar a equipa de investigação que integra, constituída por mais duas investigadoras (Ana Oliveira e Neide Areia), e por fazer uma introdução sobre o CES, referindo que é um centro de investigação interdisciplinar entre as ciências sociais e as humanidades, reconhecido em 2002 como laboratório associado do Estado, um estatuto renovado em 2020, tendo como objetivo geral promover estudos sobre a sociedade portuguesa e apoiar, através da realização de investigação aplicada, a formulação de políticas públicas. Destacou, ainda, a experiência e renome nacional e internacional das equipas de investigadores do CES, tanto na área da igualdade de oportunidades, nas dimensões de género, sexualidade ou identidades racializadas ou acesso de pessoas com deficiência, como também na área da sustentabilidade ambiental. Deu, de seguida, a palavra a Ana Oliveira e Neide Areia, na qualidade de investigadoras responsáveis pela implementação do estudo e pontos de contacto para a área da igualdade e para a área ambiental, respetivamente.

Ana Oliveira, referiu ser socióloga e fez uma breve apresentação da sua experiência em termos de investigação, especificando que o seu contributo, neste estudo, será na área da igualdade do género, de acesso e de não discriminação, igualdade de oportunidades de acesso e de não discriminação.

Neide Areia, referiu ser doutorada em psicologia, e fez também uma breve apresentação da sua experiência em termos de investigação, referindo que o seu contributo, neste estudo, será na dimensão da sustentabilidade ambiental.

Ana Oliveira retomou a palavra para dar conta do contexto da investigação, dizendo que se trata de um estudo sobre formas de integração, na implementação do PESSOAS 2030, dos princípios horizontais definidos no artigo 9º do regulamento, tal como se encontra previsto no objetivo estratégico mais social, inclusão e emprego e em linha com as prioridades da União Europeia. Pretende-se que a equipa de investigação compile e teça recomendações, claras e práticas, de medidas e de instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação e para um maior valor acrescentado ambiental, com vista à sua integração nos dois critérios de seleção das candidaturas que avaliam o compromisso das entidades com estes princípios.

Em termos metodológicos o estudo envolve, por um lado, a recolha e análise documental e, por outro lado, uma análise das representações. Na análise documental pretende-se fazer análise de legislação ou de outros instrumentos, de memórias descritivas de candidaturas, tanto no âmbito da implementação do PESSOAS 2030, como também do POCH e o PO ISE; na análise das representações pretende-se realizar entrevistas individuais e grupos de discussão com diferentes entidades, algumas das quais presentes no Comité, para entender as ações e perceções relacionadas a esses princípios. Em termos de ponto de situação da investigação referiu estar numa etapa de definição conceptual metodológica.

Ana Coelho agradeceu à equipa do CES pela sua intervenção, esperando que o trabalho de campo que vai ser elaborado e que os resultados que vão ser apresentados, dentro de 5 ou 6 meses, ajudem, de facto, a AG do PESSOAS 2030 e as entidades beneficiárias a estribar aquilo que são os requisitos indicados para avaliar os critérios de seleção na área da igualdade de oportunidades e na área dos objetivos do desenvolvimento sustentável que,

conforme é do conhecimento de todos, são transversais a todas as tipologias de operação. Deixou à consideração dos membros do Comité eventuais comentários ou questões sobre esta temática.

Joaquim Bernardo tomou a palavra referindo que a equipa do CES tem uma grande responsabilidade, uma vez que os resultados a obter no âmbito deste estudo serão importantes para o PESSOAS 2030 e, no limite, transversalmente, para o conjunto dos programas do Portugal 2030.

O que está em causa é a forma de avaliar a prossecução destes princípios horizontais no âmbito dos projetos, sobretudo quando, em alguns, não existe uma relação direta com a prossecução daqueles mesmos princípios. Esse é o desafio com que todos estão a ser confrontados, incluindo os beneficiários, designadamente alguns representados pelos membros deste Comité. Foi por isso que se decidiu, na planificação da programação, ter este estudo de apoio à implementação, através do qual se espera conseguir obter alguns contributos que permitam a todos no ecossistema - AG, OI e beneficiários -, uma melhor resposta e, do ponto de vista da natureza de cada projeto, contribuir para a prossecução destes princípios que são tão relevantes.

Dito isto, referiu que a presença desta equipa na reunião é também uma forma de a dar a conhecer a todos, uma vez que vai ser necessário contactar alguns dos presentes para possibilitar a recolha de informação do ponto de vista quantitativo para desenvolver este estudo e para, depois, chegarem às melhores conclusões e recomendações que serão, posteriormente, partilhadas e discutidas, ou em Comité mais alargado ou em reunião mais específica. O formato destas reuniões será definido também em função do *timing*. É um projeto ambicioso também em termos temporais, porque a ideia é produzir resultados ainda em tempo útil e para o futuro. Muitos dos membros serão convocados não só para participar na discussão das conclusões, mas no próprio processo de estudo que vai ser desenvolvido para melhorar a prossecução destas duas dimensões tão relevantes e que estão presentes em todos os processos de seleção dos projetos financiados.

Na ausência de outros comentários, **Ana Coelho** passou para o último ponto da ordem de trabalhos.

7. Outros Assuntos

A presidente do CA convidou todos os membros a votar em duas questões, novamente através de um QRCode, que servirão para auxiliar a preparação da próxima reunião do Comité, informando, ainda, que os respetivos resultados serão apresentados e debatidos na próxima reunião:

1. Que tema gostaria de debater na próxima reunião do Comité?
2. Apreciação relativa à 4.ª reunião do Comité.

No que respeita à 1ª questão, foi solicitado aos membros do Comité que votassem no tema que gostariam de ver discutido na próxima reunião, de entre os 4 temas de índole transversal selecionados previamente pela AG:

- A inteligência artificial vai substituir o ser humano?

- Ganhar as qualificações é superar as fraturas sociais?
- Como medir o valor do capital humano de uma organização?
- Portugal grisalho e a sustentabilidade da Segurança Social

A 2ª questão que foi colocada remete apenas para uma apreciação da satisfação de cada membro relativamente à 4.ª Reunião do CA.

Na sequência da auscultação aos membros do Comité, Ana Coelho deu a palavra a **Laurent Sens** que aproveitou para relembrar que estava prevista uma apresentação do Relatório de Coesão, mas, atento o adiantado da hora, propôs que o mesmo fosse discutido na próxima reunião do Comité, sendo que, até lá, seriam remetidas algumas questões para que todos tivessem tempo de se preparar para a mesma. Uma lição positiva retirada da presente reunião foi que quando as reuniões são muito participativas são mais longas, pelo que é necessário ponderar se se pretendem reuniões mais longas, apesar de não ser o desejado pelas pessoas, ou menos tópicos na agenda para ter tempo de os discutir. Terminou agradecendo pela reunião e pela discussão gerada.

A presidente do CA agradeceu a intervenção, referindo que poderá não ter havido a melhor gestão do tempo, uma vez que se acabou por dedicar muito tempo ao momento de discussão, mas considera que também se ganhou com isso. Perdeu-se a intervenção da CE nesta reunião, mas assumiu o compromisso de que a mesma ocorrerá na próxima reunião. Deu por encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos e desejando um bom regresso a casa.

Lista de Anexos

ANEXO I – Lista nominal de presenças por organismo

ANEXO II – Apresentação de suporte à reunião

ANEXO III – Resultados da auscultação aos membros do Comité

ANEXO IV – Critérios de seleção aprovados

ANEXO V – Apresentação da DGPJ – CDFUE